



## Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Periquito – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

## Sumário

1	Introdução .....	10
2	Metodologia .....	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico .....	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto .....	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados .....	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Periquito .....	26
3.1	Caracterização Geral .....	26
3.2	Análise Temática .....	36
3.3	Diagnostico de Comunidades Rurais Próxima ao Rio Doce .....	74
3.4	Clipping de Notícias .....	77
3.5	Textos Acadêmicos .....	81
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas .....	85
4.1	Turismo .....	85
4.2	Cultura .....	85
4.3	Esporte e Lazer .....	86
5	Avaliação de Impactos .....	90
5.1	Metodologia .....	90
5.2	Resultados .....	111
6	Créditos e Referências .....	125
	Entrevistados no município .....	125
	Equipe Técnica .....	125
	Referências .....	129

## Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone.....	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais.....	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais.....	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 localização e principais vias de acesso ao município de Periquito.....	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Periquito.....	40
Figura 8 Pensão Dona Rosa.....	46
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura.....	53
Figura 10 Tapetes artesanais de Periquito.....	61
Figura 11 Show de Aniversário da cidade, 2013.....	63
Figura 12 Cartaz do Festival do Palmito.....	64
Figura 13 Show de Carnaval, 2015.....	64
Figura 14 Desfile de Carnaval, 2016.....	65
Figura 15 Cartaz do Encontro de Cavaleiros, 2016.....	66
Figura 16 Cartaz da Festa do Milho.....	66
Figura 17 Cristo Redentor.....	68
Figura 18 Praça José Nelson (em reforma).....	73
Figura 19 Mapa de localização de comunidade próxima ao rio Doce em Periquito.....	75
Figura 20 Comunidade Pedra Corrida.....	76
Figura 21 Nuvem de termos para o clipping do município de Periquito.....	80
Figura 22 Modelo de Gráfico de Radar.....	96

Figura 23 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos ..... 97

Figura 24 Classificação da Significância de Impactos..... 98

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Periquito .....35

Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....112

Gráfico 3 Impacto econômico no setor de turismo .....113

Gráfico 4 Impactos sobre costumes, modos de vida e tradições locais .....114

Gráfico 5 Impacto sobre Recursos Naturais voltados a práticas esportivas.....116

Gráfico 6 Impactos em comunidades .....117

Gráfico 7 Impacto em atividades de esporte e lazer.....119

Gráfico 8 Impacto na paisagem.....120

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR .....18

Tabela 2 Taxa de urbanização de Periquito e de Minas Gerais (%).....27

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Periquito e de Minas Gerais  
.....29

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Periquito e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010) .....32

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Periquito e de Minas Gerais (2010 – 2013).....34

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010) .....36

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Periquito .....38

Tabela 8 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Periquito .....47

Tabela 9 Locais e templos de fé de Periquito.....	50
Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Periquito 2014-2015 .....	57
Tabela 11 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Periquito 2013-2017 .....	58
Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Periquito 2014-2016 .....	58
Tabela 13 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Periquito, 2014-2016 .....	59
Tabela 14 clipping de notícias do município de Periquito .....	77
Tabela 15 Síntese de citações - Periquito .....	81
Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão .....	91
Tabela 17 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais .....	93
Tabela 18 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais .....	121
Tabela 19 Entrevistados no município.....	125
Tabela 20 Equipe Técnica .....	125

## LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais





## Introdução

## 1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Periquito, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório<sup>1</sup> e compensatório<sup>2</sup>, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

---

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico<sup>3</sup>, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Periquito aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

---

<sup>3</sup> Diagnóstico Socioeconômico, Município de Periquito/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Periquito. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico<sup>4</sup>; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

---

<sup>4</sup> Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



**Metodologia**

## 2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica<sup>5</sup> da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

### 2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

---

<sup>5</sup> Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que



atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

*Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR*

<b>INVTUR</b>	<b>Tipo de informação</b>	<b>Como obter a informação</b>
<b>Formulário A1</b>	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
<b>Formulário A.2.2</b>	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
<b>Formulário A4</b>	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário A7</b>	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)</b>	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo C</b>	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário de Eventos</b>	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
<b>Formulário de Gastronomia</b>	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização<sup>6</sup>. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

---

<sup>6</sup> O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



*Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



*Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



*Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



*Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



*Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

## **2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto**

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

## **2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados**

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.





**Diagnóstico**

### **3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Periquito**

#### **3.1 Caracterização Geral**

##### **3.1.1 Histórico de Ocupação do Município**

O histórico do município inicia-se em 1939, devido à promessa a São Sebastião realizada pelo fazendeiro Waldemiro Barrel. A promessa consistia na doação de 15 alqueires de terra para a construção do lugarejo que, à época, localizava-se no município de Açucena (IBGE, 2016).

Em 1944, o povoado passou a dispor de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Assim, a localidade foi denominada Periquito, nome referente ao Córrego do Periquito (BARBOSA, 1995).

A intensa produção de carvão vegetal, abundância de madeira e facilidade de mão de obra geraram intensa atividade de empresas de grande porte. Tal cenário acelerou o processo de emancipação de Periquito, que se transformou em município no ano de 1995, com a Lei nº 12.030 (IBGE, 2016).

##### **3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura**

O município de Periquito possui área de 227,33 km<sup>2</sup>, fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Ipatinga. Sua temperatura média é de 24,5° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Governador Valadares, Açucena, Naque, Belo Oriente, São Geraldo da Piedade e Ipatinga. Periquito é composto pela sede e pelos distritos de Pedra Corrida e São Sebastião do Baixio (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

### 3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se a população de Periquito em 2016 era de 7.081 pessoas e sua densidade demográfica de 30,92 habitantes por km<sup>2</sup> (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Periquito foi de 0,16%, sendo tecnicamente a mesma de Minas Gerais, que foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de -0,56%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 73,12%, em 2000, declinou em 10 anos, passando para 75,17%, em 2010. Valor mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 2 Taxa de urbanização de Periquito e de Minas Gerais (%)*

		1991	2000	2010
<b>Periquito</b>	População urbana	70,52	73,12	75,17
	População rural	29,48	26,88	24,83
<b>Minas Gerais</b>	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Periquito era composta por 49,06% de homens e 50,94% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Periquito, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 47,6%, em 1991, para 22,6%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (0,6%, em 1991, para 16,7%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, somente 1,1% da população de Periquito possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Periquito possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento<sup>7</sup>, observa-se que em Periquito, no ano 2000, a razão de dependência foi de 68,82%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 61,12%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 9,34% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

---

<sup>7</sup> A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

*Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Periquito e de Minas Gerais*

		1991	2000	2010
<b>Periquito</b>	Razão de dependência	80,20%	68,82%	61,12%
	Taxa de envelhecimento	4,63%	6,76%	9,34%
<b>Minas Gerais</b>	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Periquito e o estado, especialmente naquilo que se refere à razão de dependência.

### 3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Periquito se dá pelas vias terrestre e ferroviária. O município conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Periquito é atendido pela BR-381, situando-se a 237 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (53 Km) e Governador Valadares (52 Km). Estradas vicinais ligam a sede às localidades rurais. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Gontijo (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio aeroviário se dá nos municípios de Ipatinga (Aeroporto da USIMINAS) e Governador Valadares (Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira), que se constituem nas opções mais próximas (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Periquito conta com as empresas Oi, Claro, Tim e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município não possui emissora de rádio.

A Figura 6 a seguir aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Periquito.

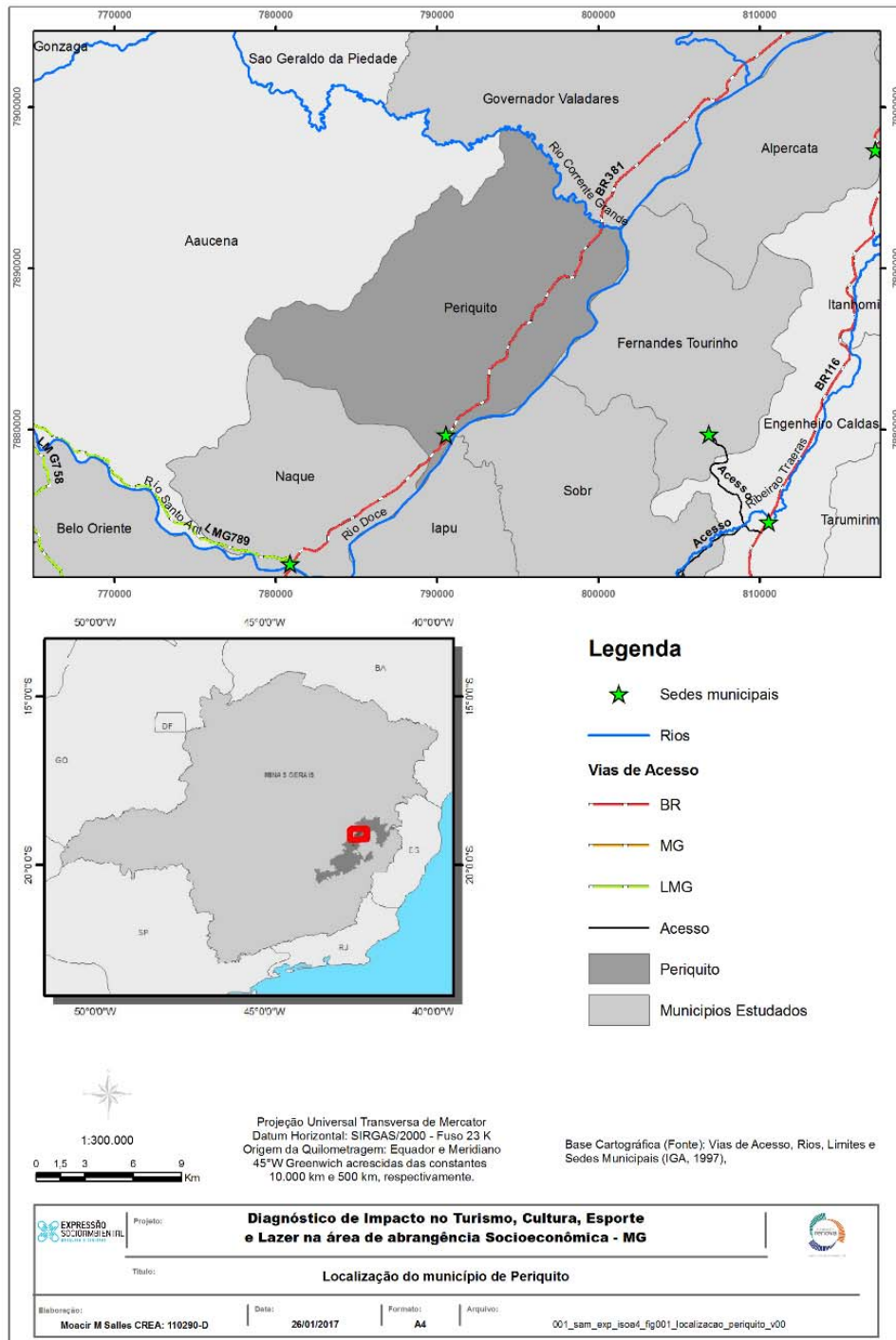


Figura 6 localização e principais vias de acesso ao município de Periquito

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

### 3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Periquito, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,345 do IDHM total, 0,185 do IDHM longevidade, 0,123 no IDHM renda e 0,462 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 4 IDHM e seus componentes - Periquito e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)*

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Periquito</b>	0,306	0,523	0,651	0,654	0,750	0,839	0,470	0,523	0,593	0,093	0,364	0,555
<b>Minas Gerais</b>	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016.



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Periquito foi de 0,651 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,093 para 0,555. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,839 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se tecnicamente no mesmo patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Periquito se manteve constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

### **3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas**

#### **3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta**

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Periquito, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2012, passando de -3%, entre 2010 e 2011, para 21,2%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se declínio, passando o PIB para 10,8% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 9,66% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Periquito cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

*Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Periquito e de Minas Gerais (2010 – 2013)*

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
<b>Periquito</b>	64.961	-3,0	78.715	21,2	87.220	10,8
<b>Minas Gerais</b>	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$9.521,45, em 2010, e R\$12.198,66, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

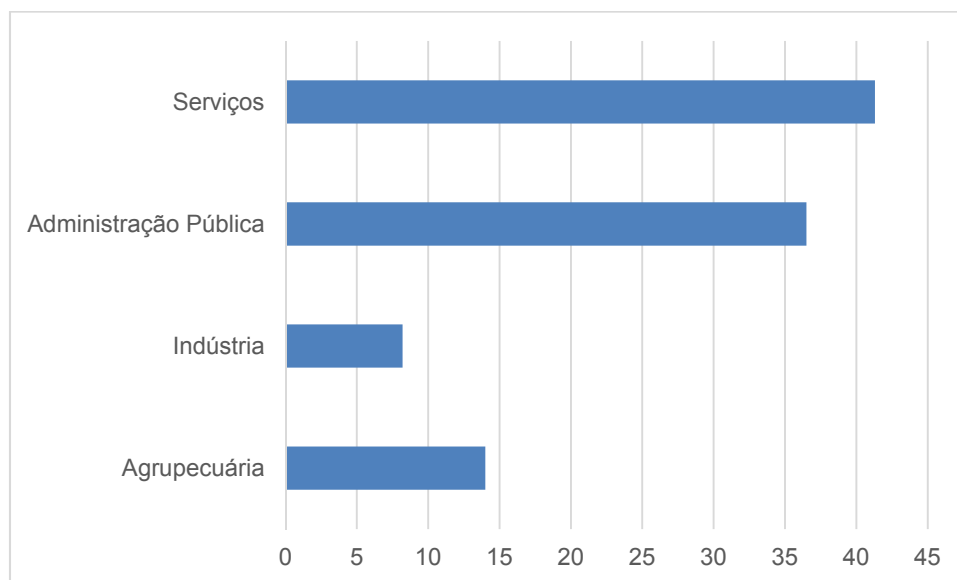
### 3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Periquito encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 36,5% e 41,3%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Periquito



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 14% e 8,2%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, especialmente naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

### 3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Periquito possuía 1.838 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 2.247 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

*Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)*

Localidade	2000	2010
Periquito	1.838	2.247
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE.

Em 2014, a agropecuária era responsável por 46 empregos em 26 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 393 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

### 3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística municipal, identificou-se que Periquito conta com Lei Orgânica, tendo sido esta promulgada em 21 de dezembro de 1995.

O município possui, ainda, Política Municipal de Meio Ambiente, dispendo de Conselho Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 191/2003), e Política de Proteção Sonora e Melhoria do Meio Ambiente (Lei nº 210/2004).

## 3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de **Periquito**. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas<sup>8</sup>. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de **Periquito** para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Periquito, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Periquito 25 bens, serviços e atrativos.

---

<sup>8</sup> No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

*Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Periquito*

<b>Tipo de manifestação</b>	<b>Total inventariado</b>
<b>Equipamentos de apoio turístico</b>	<b>13</b>
<b>Equipamento de hospedagem</b>	1
<b>Serviço e equipamento de alimentos e bebidas</b>	10
<b>Transporte</b>	0
<b>Locais/templos de manifestação de fé</b>	2
<b>Serviços e equipamentos para eventos</b>	0
<b>Outro serviço e equipamento turístico</b>	0
<b>Equipamentos Culturais</b>	<b>3</b>
<b>Meios de Comunicação</b>	1
<b>Equipamentos Culturais</b>	2
<b>Equipamentos de Esporte e Lazer</b>	<b>1</b>
<b>Equipamentos de Esporte e Lazer</b>	1
<b>Atrativos</b>	<b>8</b>
<b>Atrativo natural</b>	0
<b>Atrativo cultural</b>	8
<b>Diversidade Cultural</b>	<b>0</b>
<b>Grupos Culturais</b>	0
<b>Calendário Cultural</b>	0
<b>Gastronomia</b>	0
<b>Total</b>	<b>25</b>

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

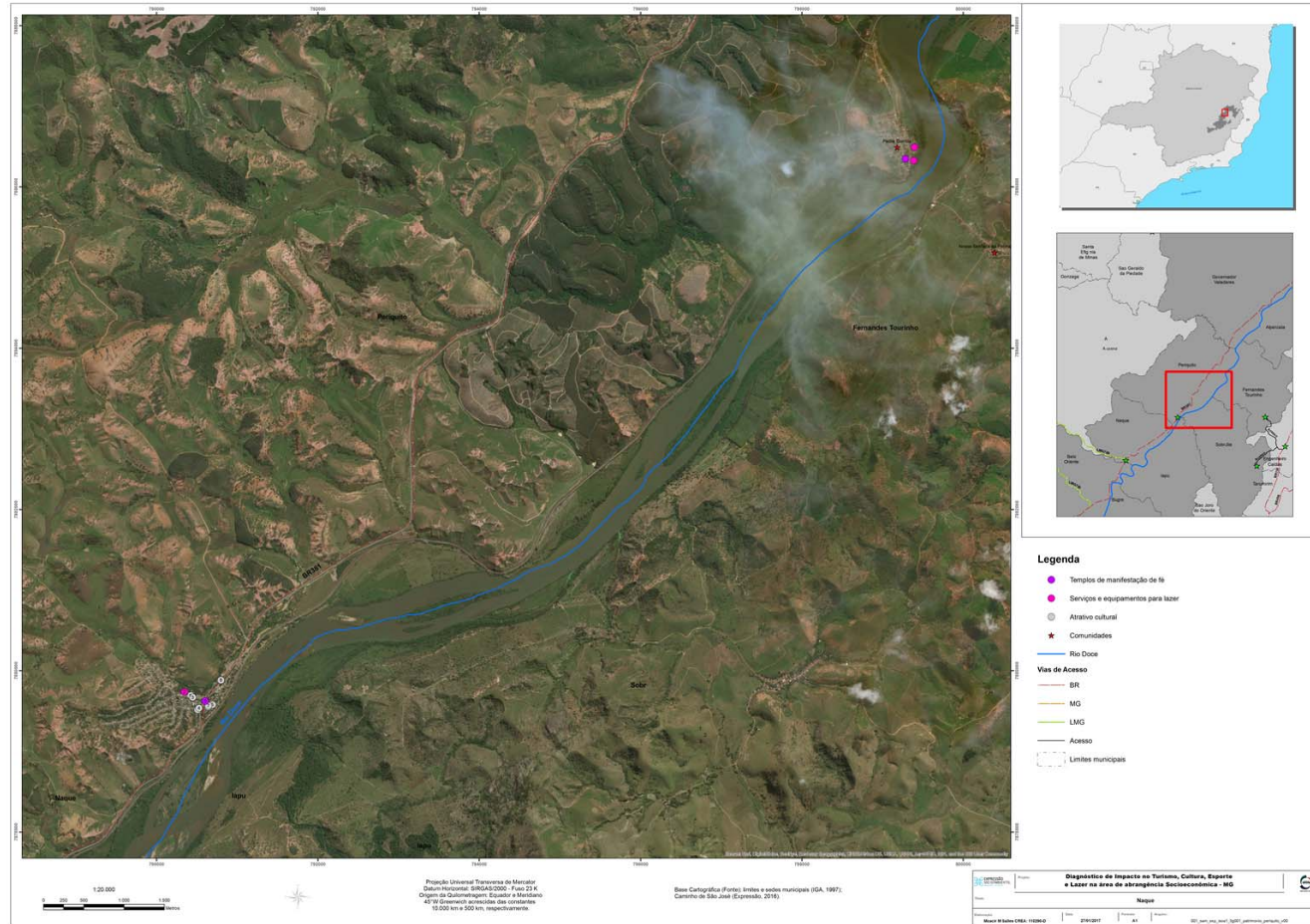


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Periquito

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



## 3.2.1 Turismo

### 3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

### 3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios necessitam de um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de um órgão específico para o setor, um Conselho, um Fundo e um Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do

Município<sup>9</sup>". Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo.

A observação dos dados relativos a Periquito possibilita notar que o município "em 2012, não estava entre os 207 municípios do estado que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério "Turismo" foi inserido no rol de critérios da Lei Nº 18.030/2009, Periquito não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural" (FJP, 2013).

O município não possui órgão responsável pela gestão do turismo, como também não possui Plano Municipal de Turismo, a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo municipal.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é "o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato". De modo geral, o PMT possui um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico.
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;

---

<sup>9</sup> O indicador "Organização Turística do Município" busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

### 3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município não possui um Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social da política municipal de turismo. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

### 3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro (2013) mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros no desenvolvimento de diversas políticas públicas setoriais, dentre as quais a política de turismo. Para tal, propôs o indicador “Esforço Orçamentário em Turismo<sup>10</sup>”. Os dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro revelam que “os gastos orçamentários de Periquito na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0,0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

Periquito não possui Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR e tampouco uma dotação orçamentária específica para o desenvolvimento da política de turismo; o município também

---

<sup>10</sup> O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

não dispõe de Lei de Incentivo ao Turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade a nível municipal

#### **3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas**

O Município de Periquito não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs, principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

O município também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

#### **3.2.1.2 Espaços/equipamentos de apoio turístico**

##### **3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem**

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição foi inventariado apenas um equipamento de hospedagem em Periquito, a Pensão Dona Rosa, localizada na sede urbana do município. A pensão possui seis unidades habitacionais e 10 leitos.



*Figura 8 Pensão Dona Rosa*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 10 estabelecimentos do segmento de Alimentos e Bebidas que prestam serviços remunerados.

Os estabelecimentos inventariados são os que se apresentam a seguir:

- Auto Posto Periquito Restaurante e Lanchonete
- Caldo de Cana do Chorinho
- Bar do Tião
- Bar do Zé Aleixo
- Bar do Morro da Igreja
- Bar e Lanchonete Ponto Caipira
- Dona Rosa
- Sorveteria Sabor Natural
- G Silva
- Padaria Ferreira

Tabela 8 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Periquito

Auto Posto Periquito Restaurante e Lanchonete



Caldo de Cana do Chorinho



Bar do Tião



Bar do Zé Aleixo





**Bar do Morro da Igreja**



**Bar e Lanchonete Ponto Caiçara**



**Dona Rosa**



**Sorveteria Sabor Natural**







Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Não foram identificados serviços ou empresas de transporte turístico em Periquito nas pesquisas de campo realizadas em 2016.

### 3.2.1.2.4 Agências de Turismo

As pesquisas de campo realizadas em 2016 possibilitaram identificar que o município não possui nenhum serviço de agenciamento turístico.

### 3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Não foram identificados no município espaços para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows ou de outros serviços e equipamentos, utilizados para fins turísticos, ainda que não tenham esse como seu uso principal.

### 3.2.1.2.6 Locais e templos de fé/edificações

Foram inventariados três locais e templos de fé em Periquito, a saber:

- Igreja São Sebastião
- Igreja Cristã Evangélica Casa de Oração
- Capela São Sebastião
- 

*Tabela 9 Locais e templos de fé de Periquito*



.Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais e, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela união, esses templos são importantes lugares de práticas culturais e de construção de identidades coletivas, pelo viés da diversidade religiosa no município de Periquito. Também abrigam importantes elementos arquitetônicos e históricos de caráter artístico, estilístico, ritualístico e religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de telas, imaginária, indumentárias, decorações, mobiliário, objetos de culto, dentre outros.

#### **3.2.1.2.7 Atrativos Naturais**

Nas pesquisas de campo realizadas em 2016 não foram identificados atrativos naturais utilizados ou passíveis de uso para fins turísticos no município de Periquito.

### **3.2.2 Cultura**

#### **3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional**

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo

prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Periquito, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão,

legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



*Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura*

Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Periquito, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

### 3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão pública de cultura em Periquito é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, portanto, de um órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS<sup>11</sup>, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

O município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.077361/2014-16. Tal acordo tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Entretanto, até o período em que se realizaram os levantamentos de dados em campo, Periquito não tinha instituído o Sistema Municipal de Cultura e tampouco o seu Plano Municipal de Cultura, um dos elementos obrigatórios e fundamentais do SNC.

Realça-se, também, que o município não tem uma política estruturada e continuada na área cultural. A análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014<sup>12</sup>, realizada pelo IBGE, possibilita perceber que o município

---

<sup>11</sup> O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

<sup>12</sup> A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de

realiza ações isoladas, não integradas em forma de política cultural. Entre elas cita-se: promoção direta e apoio a festivais ou mostras de cinema/vídeo; ações culturais destinadas a crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos; promoção do livro, da leitura e/ou da literatura; fomento à criação, produção, circulação e difusão literária; manutenção da Biblioteca Pública; apoio a apresentações musicais e eventos.

### 3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

As pesquisas de campo realizadas em 2016 revelaram que Periquito não possui Conselho Municipal de Política Cultural para a promoção da participação e do controle social sobre a gestão pública de cultura. Todavia, o município possui Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, instituído através da Lei nº 266/2007. Este órgão é de caráter consultivo e majoritariamente composto por representantes governamentais.

Informa-se ainda que Periquito não realizou Conferências Municipais de Cultura e tampouco participou de Conferências Estaduais de Cultura. Quanto às Conferências Nacionais, dados do MINC comprovam a presença do município na primeira e na segunda edições do evento.

### 3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Periquito não possui Fundo Municipal de Cultura e tampouco Lei de Incentivo à Cultura. Todavia, dispõe de Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído através da Lei nº 304/2009.

Os recursos do orçamento municipal destinados à Cultura estão expressos na tabela a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015, de acordo com os

---

existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

dados informados pela Prefeitura e disponibilizados no portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente<sup>13</sup>.

Observa-se que constam R\$ 228 mil gastos na função Cultura em 2014, o que corresponde a 1,2% do orçamento municipal anual executado. Desse total cerca de 59% foram destinados à subfunção difusão cultural, que inclui a manutenção da biblioteca (11%) e a manutenção de festas tradicionais e populares (89%). O restante dos recursos foi destinado à subfunção Administração Geral, que se refere ao pagamento de pessoal e custeio da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

Já no orçamento de 2015, o valor da função Cultura foi ampliado para R\$ 279 mil, correspondentes a 1,4% do orçamento municipal realizado. O referido valor foi distribuído entre rubricas semelhantes às do ano anterior, porém, com aumento da proporção aplicada em difusão cultural (73% do total da cultura). Destaca-se também que em 2015 não houve nenhum recurso aplicado na manutenção da biblioteca, destinando 100% da subfunção difusão cultural para a realização de festas tradicionais e populares.

Não foram encontrados recursos destinados para as ações diretas de promoção e proteção do patrimônio e tampouco para manutenção de programas e atividades culturais regulares.

É fundamental destacar que tal situação, comumente encontrada nos municípios do interior, é desfavorável à política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades alinhadas com as prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, a educação patrimonial, entre várias outras.

---

<sup>13</sup> Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.



Vale destacar que foi informado na pesquisa de campo que as principais fontes de recursos para apoiar e fomentar a cultura são as dotações orçamentárias próprias, não tendo sido citados recursos obtidos em parceria com o Governo Estadual ou mesmo a participação do setor empresarial no financiamento da cultura no município.

*Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Periquito 2014-2015*

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
<b>Despesa total Prefeitura (valor atualizado)</b>	19.260.000,00	20.500.00,00
<b>Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)</b>	18.915.069,59	19.852.673,55
<b>Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)</b>	228.833,06	279.651,91
<b>Subfunção Administração Geral</b>	94.366,41	75.386,01
<b>Subfunção Difusão Cultural</b>	134.466,65	204.659,90

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

O município não tem participado de forma contínua da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural<sup>14</sup>, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas

---

14 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas Tabela 11 e Tabela 12, Periquito perdeu a pontuação que havia obtido no exercício 2013, deixando de enviar os documentos necessários para pontuação nos exercícios subsequentes. Para 2017, não haverá repasses, pois não foi entregue a documentação exigida pelo IEPHA, o que significa perda de recursos para a cultura local.

*Tabela 11 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Periquito 2013-2017*

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Periquito	SI	SI	5,80

Fonte: IEPHA, 2016.

*Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Periquito 2014-2016*

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016
Periquito	734,16	SI	SI

Fonte: FJP, 2016.

Por fim, os indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social demonstram que o município apresentou oscilações nos últimos anos em termos de esforço orçamentário e gastos *per capita* em difusão cultural, bem como queda nos indicadores relativos à preservação do patrimônio cultural. No último ano avaliado, o quesito gasto per capita em difusão cultural absorvia 7,5 vezes mais investimentos do que o quesito gasto per capita em preservação do patrimônio cultural.

Tabela 13 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Periquito, 2014-2016

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%
2007	1,58	12,18	0,1	2,6
2011	0,83	62,44	0	3
2013	0,42	3,13	0	0,1

Fonte: Fundação João Pinheiro

### 3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Dados do IMRS de 2013 revelam que Periquito, juntamente com 72,6% dos municípios do estado, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais<sup>15</sup>.

Como o município de Periquito não havia sido previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar dados e informações de base para o início de uma inventariação cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

<sup>15</sup> Esse indicador refere-se à existência, em âmbito municipal, de pelo menos dois equipamentos de cultura - museus, teatros, centros culturais, cinemas e arquivos públicos - exceto biblioteca.

### **3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos**

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como museus, teatros, salas de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem na única praça da cidade - a Praça José Nelson, atualmente em reforma -, e demais logradouros públicos.

### **3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca**

Periquito possui uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal Amélia Avelino Teixeira, que dispõe de um acervo com 4 a 5 mil livros. A biblioteca encontra-se instalada em edificação com área de 30m<sup>2</sup>, em regular estado de conservação.

Informa-se que, à exceção da referida biblioteca, o município não dispõe de outros espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, capazes de promover a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivos públicos.

### **3.2.2.2.3 Atrativos Culturais**

Um espaço mencionado nas entrevistas realizadas em campo pela Expressão Socioambiental, em 2016, que é utilizado sobretudo para contemplação da paisagem e realização de celebrações religiosas, é o Mirante da Esperança, construído no morro da Capela de São Sebastião. Em sua praça foi instalada a escultura sacra, réplica do Cristo Redentor, protegida por decreto municipal. O acesso ao mirante é totalmente pavimentado, pela BR-381 e encontra-se em bom estado de conservação.

### 3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na MUNIC, módulo Cultura 2014<sup>16</sup> apontam a presença de grupos e artistas ligados a várias manifestações existentes no município, entre elas: dança, bloco carnavalesco, cultura popular e artesanato – nas modalidades de bordado e tecelagem.

Em entrevista realizada em campo foram citadas, como principais representantes do artesanato periquitense, as artesãs de tapete de retalhos Ioninha - vendidos à beira da rodovia BR-381 e na própria cidade - e a Selaria Lima. Ademais foram mencionadas a feira de frutas e palmito, que motiva um festival anual.



*Figura 10 Tapetes artesanais de Periquito.*

Fonte: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/no-vale-do-rio-doce-tapetes-d%C3%A3o-mais-cor-%C3%A0-vida-de-donas-de-casa-1.147491>

---

<sup>16</sup> A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

Outra manifestação local importante, segundo consta no site da Prefeitura Municipal<sup>17</sup>, é o Batuque - “dança típica ligada à colheita, que envolve todas as faixas etárias. O Batuque é dança certa em todo casamento realizado no Córrego de Santa Cruz.” Os encontros entre os batuqueiros acontecem no sítio de mesmo nome do córrego e “... são regados a muita alegria, cachaça e feijoada”, conta Edelson Luiz, filho de um dos pioneiros da dança na região. “A festa fica animada quando a sanfona, a caixa e a viola começam a fazer sua parte.” O Batuque tem duas classificações: o Batuque Desafio e o Batuque Moda. No Desafio, os participantes se revezam em grupos de quatro participantes; no Batuque Moda, os participantes contam fatos acontecidos e relatos”.

Sobre a formação artística e cultural, foram identificadas, em fontes secundárias, informações sobre aulas de capoeira oferecidas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer.

Além disso, o município recebe ações realizadas pelo Instituto Cenibra, a exemplo do curso de capacitação de artesanato, promovido pelo Instituto, em parceria com a Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Santa Cruz - APRAFASC. O foco foi a produção sustentável de artefatos, a partir da utilização de materiais reciclados. Outro projeto apoiado pelo Instituto e realizado pela Matiz Cultural Ltda é o Circuito Aquático<sup>18</sup>, que consiste na circulação de espetáculo infantil em 13 municípios, sendo um deles Periquito, com gravação de dvd e distribuição gratuita de parte da tiragem para escolas, bibliotecas e instituições especiais para a infância.

#### 3.2.2.4 Calendário cultural

De acordo com as informações apuradas em campo e em pesquisas de dados secundários, as principais datas comemorativas em Periquito são:

- 20 de janeiro – Festa de São Sebastião;

---

17 Fonte: [http://www.periquito.mg.gov.br/Materia\\_especifica/6589/Cultura-do-Municipio](http://www.periquito.mg.gov.br/Materia_especifica/6589/Cultura-do-Municipio)

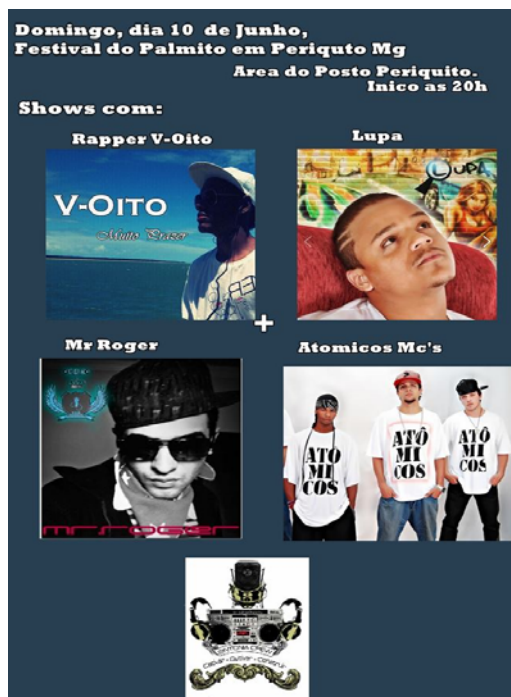
18 Fonte: <http://www.institutocenibra.org.br/br/p/260/circuito-aque-225-tico.aspx>

- Fevereiro – Carnaval de rua, com desfiles de blocos e shows;
- Fevereiro - Festa do Milho, distrito de Pedra Corrida;
- Maio - Comemoração ao Dia do Trabalhador;
- Maio - Semana Municipal da Família;
- Junho – Cavalgada e Rodeio;
- Junho - Festival do Palmito;
- Julho – Encontro de Violeiros;
- 15 de agosto - Assunção de Nossa Senhora;
- Agosto - Semana de Prevenção e Combate à Depressão;
- Setembro - Encontro de Cavaleiros, distrito de Pedra Corrida;
- Setembro - Dia Municipal dos Evangélicos;
- 21 de dezembro - Aniversário de emancipação política;
- Festa de São José;
- 31 de dezembro - Festa de Reveillon com show da virada.



*Figura 11 Show de Aniversário da cidade, 2013.*

Fonte: <https://plus.google.com/u/0/photos/110608595894374202453/albums/5966861201693199841>



*Figura 12 Cartaz do Festival do Palmito.*

Fonte: <http://estiloperiferia.blogspot.com.br/2012/06/festival-do-palmito-em-periquito-mg.html>



*Figura 13 Show de Carnaval, 2015.*

Fonte: Sítio oficial da prefeitura de Periquito





*Figura 14 Desfile de Carnaval, 2016.*

Fonte: Sítio oficial da prefeitura de Periquito

No distrito de Pedra Corrida, foram identificadas quatro manifestações culturais:

- Festa de São Sebastião, padroeiro da cidade, com programação religiosa que inclui alvorada de fogos, procissão, orações e celebrações em volta da Escultura Sacra do Mirante da Esperança, missa e bênção solene, além de shows, leilões, bingos e barraquinhas;
- Festa de São José, com manifestação de Congado e procissão;
- Encontro de Cavaleiros, com corrida de argolas em que se usa lanças para pegá-las;
- Festa do Milho, com barraquinhas de comidas típicas, bingo, leilão e “pescaria”;
- Festa de Cavalgada e Rodeio, com shows e queima de fogos.



Figura 15 Cartaz do Encontro de Cavaleiros, 2016.

Fonte: Página do facebook de Pedra Corrida



Figura 16 Cartaz da Festa do Milho

Fonte: Página do facebook de Pedra Corrida

### 3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural. No município de

Periquito, a Lei Municipal nº 266/2007, estabeleceu as normas de proteção do patrimônio cultural e criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, essa legislação municipal define, em seu Art. 1º:

“Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal, entre os quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico; VI - os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas.”

Seu Art. 2º estabelece que “o Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o seu patrimônio cultural, por meio de: I - inventário; II - registro; III - tombamento; IV - vigilância; V - desapropriação; VI - outras formas de acatamento e preservação”.

O município também conta com o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural - FUMPAC, instituído pela Lei nº 304/2013. Conforme estabelecido em seu Artigo 3º, as principais fontes de recursos do FUMPAC são provenientes de dotação orçamentária própria da Prefeitura, da cota-parte do ICMS Patrimônio Cultural e de outras transferências, contribuições, patrocínios, repasses, convênios e donativos em bens ou espécie.

Portanto, em 2013 o município de Periquito, tal como 85,8% dos municípios de Minas Gerais, já dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural e seu respectivo Fundo - IMRS.

O único bem patrimonial protegido no município é a escultura sacra, réplica do Cristo Redentor, construída no morro da Capela de São Sebastião, na Praça Mirante da Esperança, que é tombada como Patrimônio Histórico Cultural de Periquito, através do Decreto Municipal 013/2005.



*Figura 17 Cristo Redentor*

Fonte: <http://mapio.net/pic/p-11955139/>

### **3.2.2.6 Educação Patrimonial**

Não foram identificadas ou mencionadas ações de educação patrimonial em Periquito no período em que se realizou a pesquisa em campo ou em fontes de dados secundários.

### **3.2.3 Esporte e Lazer**

#### **3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional**

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Periquito, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

### **3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão**

A gestão da política de esporte e lazer no município de Periquito é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Em entrevista realizada com o representante municipal obteve-se a informação de que, embora a Política Nacional do Esporte assinala que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Periquito não implementou um Plano Municipal de Esporte e Lazer.

No entanto, o município possui um sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

### **3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação**

Conforme dados coletados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes e da Prefeitura Municipal de Periquito, o município dispõe de Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 232 de 28 de junho de 2005. O referido Conselho encontra-se inativo, possui caráter consultivo e é composto por representação paritária.

### **3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento**

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco de legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

De acordo com o representante municipal entrevistado, Periquito possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, equivalente a 1,74% do orçamento municipal. Ele informou ainda que a Prefeitura utiliza de recursos próprios e de apoio não financeiro para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”<sup>19</sup> do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” apontou que em 2013 os gastos orçamentários de Periquito nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,0% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,2% (FJP, 2013). O que representa uma supressão de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

#### 3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento de dados realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que o município de Periquito tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2014, a Associação Ajudôu, que oferece aulas de judô no contraturno escolar, teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 01/2014. O Projeto Ajudôu foi desenvolvido em dois municípios, dentre eles Periquito, e teve o seu valor 100% captado e a sua execução encerrada.

Nos levantamentos em campo foi registrado que o principal evento esportivo e/ou de lazer realizado no município é o Campeonato Municipal de Futebol Amador.

Além disso, o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”<sup>20</sup>, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS elaborado pela Fundação

---

<sup>19</sup> O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

<sup>20</sup> O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

João Pinheiro, revela que Periquito estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado em 25/10/2016 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, possibilita notar que o município de Periquito não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho Municipal de Esportes se encontra cadastrado, porém inativo (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

### 3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui apenas um espaço de lazer inventariado, que se encontra em reforma.

- Praça José Nelson

---

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).





*Figura 18 Praça José Nelson (em reforma)*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Periquito tem forte influência da atividade pesqueira. Observou-se, no entanto, que a pesca mais frequente é a pesca profissional, utilizando redes e tarrafas. A pesca amadora/esportiva era realizada apenas por alguns moradores que tinham a tilápia como principal alvo. No entanto, após o Evento, tanto a pesca amadora/esportiva quanto a pesca profissional foram suspensas.

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor Turismo, durante o trabalho de campo realizado em Periquito não foi possível identificar e inventariar atrativos que possuam elementos naturais e que possam ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer.

### 3.3 Diagnostico de Comunidades Rurais Próxima ao Rio Doce

O levantamento de campo identificou uma comunidade rural no município de Periquito, que se situa próxima ao rio Doce e está representada pela Figura 19 seguir.



*Figura 19 Mapa de localização de comunidade próxima ao rio Doce em Periquito*

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

### 3.3.1 Comunidade Pedra Corrida

Pedra Corrida é distrito de Periquito, elevado á essa categoria pela Lei Estadual nº 10703, de abril de 1992, mesma Lei que elevou Periquito a município. Em 2010 a população era de 2.407 habitantes e a densidade demográfica de 23,4 (IBGE,CENSO 2010).

O distrito dista cerca de 1,5 da sede do município, e 340 metros do rio Doce. Devido a proximidade existe estreita relação com o rio que é utilizado para a realização de banho, pesca e consumo de água. Durante os finais de semana há um fluxo maior de pessoas na comunidade em busca das atividades de lazer e socialização, proporcionados pela existência do reservatório da UHE Baguari e das praias formadas nessa região, o que garante apelo turístico.

O rio é utilizado também para práticas religiosas, como por exemplo, a realização de batizados evangélicos. Além desta, outras festas e eventos complementam as atividades locais, como Festa de São José, Congado, Procissão e os Encontros de Cavalheiros.



*Figura 20 Comunidade Pedra Corrida*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

### 3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*<sup>21</sup>, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância<sup>22</sup>. As taxonomias utilizadas foram: I) Periquito E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; e II) Periquito E barragem. Para o município de Periquito foram encontradas 8 notícias. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município de Periquito.

*Tabela 14 clipping de notícias do município de Periquito*

Elaboração: Expressão

Socioambiental, 2016

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
<b>Rastro de Lama</b>	-	Folha de São Paulo	<a href="http://goo.gl/1ZkE5j">goo.gl/1ZkE5j</a>	Nacional	Negativo
<b>Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1</b>	05/11//2016	Organicsnewsbrasil	<a href="http://goo.gl/1FtK2R">goo.gl/1FtK2R</a>	Nacional	Negativo
<b>abaixo o crime premeditado e continuado da vale/bhp/samarco</b>	09/11/2016	Liga Operaria	<a href="http://goo.gl/ApCQgw">goo.gl/ApCQgw</a>	Nacionall	Negativo

<sup>21</sup> [goo.gl/46bXSx](http://goo.gl/46bXSx)

<sup>22</sup> O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

<b>CBH-Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão</b>	19/05/2016	IBIO AGD Doce	goo.gl/3P00em	Regional	Neutro
<b>Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce</b>	03/03/2016	Diário Popular MG	goo.gl/cVhOA8	Regional	Negativo
<b>Professores relatam danos ambientais e humanos em expedição ao Rio Doce</b>	04/02/2016	UFJF	goo.gl/fl1oFi	Regional	Negativo
<b>Relatos de pesquisadores ilustram consequências do desastre de Mariana</b>	03/02/2016	Nexo Jornal	goo.gl/3kaQOM	Regional	Negativo
<b>Pescadores acusam Samarco de não pagar valor previsto em acordo com MP</b>	5/01/2016	stadão	oo.gl/SwQ44Y	Nacional	Negativo

A matéria publicada no site da Folha de São Paulo define o Evento como o “maior desastre da indústria da mineração do país”, e traz um breve retrospecto de como ocorreu o evento e alguns dos seus impactos. O município de Periquito é listado como uma das localidades impactadas pelo Evento. De acordo com a reportagem, 500kg de peixes mortos foram retirados da represa da Usina de Baguari, localizada em Periquito.

A equipe do sítio Organics News Brasil – Estilo de Viver Sustentável publicou, no aniversário de um ano do evento (05/11/2016), a matéria intitulada “Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1”<sup>23</sup>, tratando-se de uma

---

23 [goo.gl/KNQs30](http://goo.gl/KNQs30)

retrospectiva “mês a mês”<sup>24</sup>. A notícia destaca as ações da Samarco, do Ministério Público, organizações e instituições diversas, a exemplo do Grupo Governança pelo Rio Doce<sup>25</sup> e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>26</sup>.

Para o mês de dezembro de 2015, o município de Periquito é citado entre aqueles que, conforme informações do portal G1<sup>27</sup>, receberiam aporte financeiro proveniente do Ministério da Saúde “para a realização de ações contingenciais de vigilância sanitária”. Todos os municípios listados obedeciam ao critério de possuir desabrigados, desalojados e risco de não abastecimento de água. A expectativa era de que a cidade recebesse R\$ 21.594,75. A notícia veiculada pelo Instituto Bioatlântica, entidade ligada ao Comitê da Bacia do Rio Doce, informa sobre a reunião entre representantes do Comitês que compõe a Bacia do Rio Doce e gestores de 39 municípios atingidos pelo Evento. De acordo com a notícia, o intuito do encontro foi a apresentação de questões relacionadas ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela Samarco. Entre as pautas previstas na reunião está a apresentação de programas de segurança hídrica e qualidade da água e que estão presentes na TAC, além da discussão da organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, pertencentes à área 2 do TTAC da qual faz parte o município de Periquito.

O site da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Nexo Jornal publicaram notícias com conteúdo semelhante, tratando do relato da expedição de pesquisadores da UFJF e da UFMG que percorreram municípios impactados pelo evento semanas após a sua ocorrência. A notícia chama a atenção para a publicação de um relatório realizado a partir da expedição e que faz um balanço de alguns dos impactos ambientais e humanos resultantes do evento. A notícia publicada no site da UFJF coloca como um dos destaques o relato de morador do

---

24 À retrospectiva é conferida autoria às jornalistas Luciana Almeida e Vera Moreira, além da produtora Carolina Moreira.

25 [goo.gl/YyhuDI](http://goo.gl/YyhuDI)

26 [goo.gl/zluvsz](http://goo.gl/zluvsz)

27 [goo.gl/DTbxg8](http://goo.gl/DTbxg8)





### 3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Periquito é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo<sup>29</sup>, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas<sup>30</sup> e a Onda Política<sup>31</sup> as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs<sup>32</sup> com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia<sup>33</sup>, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

*Tabela 15 Síntese de citações - Periquito*

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima é possível observar que o município de Periquito foi mencionado em duas publicações do recorte. Em “PoEMAS<sup>34</sup> / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana

---

29 [goo.gl/hBGDKp](http://goo.gl/hBGDKp)

30 [goo.gl/BcEHVc](http://goo.gl/BcEHVc)

31 [goo.gl/x1VYhC](http://goo.gl/x1VYhC)

32 Organização Não Governamental

33 Atualizada em 04/11/2016. Ver [goo.gl/LPOqWr](http://goo.gl/LPOqWr)

34 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

<b>Município de Periquito</b>		
<b>Coleção Academia</b>	<b>Link de acesso</b>	<b>Menção</b>
<b>UFJF &amp; UFMG   A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água</b>	<a href="https://goo.gl/sximc2">goo.gl/sximc2</a>	Sim
<b>POEMAS   Antes fosse mais leve a carga</b>	<a href="https://goo.gl/6jliL">goo.gl/6jliL</a>	Sim
<b>POEMAS   Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce</b>	<a href="https://goo.gl/uGkSiU">goo.gl/uGkSiU</a>	Não
<b>POEMAS   Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento</b>	<a href="https://goo.gl/jTkhRX">goo.gl/jTkhRX</a>	Não
<b>ORGANON   Impactos socioambientais no Espírito Santo</b>	<a href="https://goo.gl/t9TRE2">goo.gl/t9TRE2</a>	Não
<b>POEMAS   Pedras de sangue e choro maculam a vertente</b>	<a href="https://goo.gl/1p3qra">goo.gl/1p3qra</a>	Não
<b>UFES   Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras</b>	<a href="https://goo.gl/M7Mwqb">goo.gl/M7Mwqb</a>	Não
<b>CESÁR GARAVITO (ORG.)   Human Rights in minefields</b>	<a href="https://goo.gl/4oN12m">goo.gl/4oN12m</a>	Não

(MG) – relatório final<sup>35</sup>, de dezembro de 2015, são sistematizadas informações acerca do evento, a fim de discutir o papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil<sup>36</sup>.

A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás<sup>37</sup>. Verifica-se que a menção a Periquito é feita em meio a uma listagem que se refere à relação dos municípios para os quais foi decretado estado de emergência ou calamidade pública, à época do Evento.

35 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

36 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: [goo.gl/1soM41](https://goo.gl/1soM41)

37 [goo.gl/Ry1Shs](https://goo.gl/Ry1Shs)

Periquito também foi citado entre os municípios onde, a partir do monitoramento das águas do rio Doce após o Evento, foi detectado a presença de rejeitos. Desse modo, infere-se que o impacto na imagem do município de Periquito a partir da análise da produção acadêmica pode ser considerado baixo, tendo em vista que conta com pequeno acervo de conhecimento científico e que este é limitado ao âmbito nacional.



**Síntese**

## 4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

### 4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); O Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, fica reafirmada a ideia que, de fato, em Periquito o Sistema de Turismo não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor.

O turismo ainda é incipiente no município, faltando estruturas básicas organizacionais, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, a serem desenvolvidas para o fomento do setor. Em entrevista realizada com o gestor público municipal não foi possível extrair dados consistentes a respeito do turismo no município.

Apesar da Lei Orgânica Municipal de 1999, na Subseção II, Do Turismo, em seu Artigo 165, versar que o município “apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social”, até então não foi diagnosticada nenhuma ação efetiva para tal.

Finalmente, as principais fragilidades diagnosticadas são: pouca sensibilização e mobilização da população local, falta de infraestrutura turística e o fato do município não possuir atrativos trabalhados pela ótica do turismo.

### 4.2 Cultura

A gestão da política de cultura é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, portanto, de um órgão que acumula dentre as suas funções a gestão de distintas políticas públicas setoriais. Apesar de ter aderido ao Sistema Nacional de Cultura, o município não dispõe de instrumentos fundamentais para a gestão da política cultural: Conselho, Fundo e Plano.

O calendário cultural do município é marcado pelas comemorações de eventos religiosos e populares tradicionais como a Cavalgada e o Rodeio, que atraem anualmente um grande número de visitantes, mas que absorvem quase a totalidade do orçamento municipal, restando poucos recursos para as ações de proteção do patrimônio e para a manutenção de programas culturais regulares.

Outro ponto negativo identificado é a não participação do município no ICMS Patrimônio Cultural nos exercícios de 2015 e 2017, o que significa menos recursos para investimento nas políticas culturais e de patrimônio em Periquito.

Pelo exposto e analisado, considera-se fundamental que o município envide esforços na estruturação de seu Sistema Municipal de Cultura, com todos seus componentes, de forma a incrementar e fortalecer a ação cultural local, a prestação de serviços culturais permanentes, a proteção do patrimônio cultural material e imaterial, garantindo a democratização da cultura para a população periquitense.

O Instituto Cenibra também representa um parceiro importante para a realização de ações propostas no município, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, pois apoia projetos nas áreas de educação ambiental e patrimonial, cultura, esporte e desenvolvimento social nos 54 municípios de sua base territorial de atuação, dentre eles Periquito.

### 4.3 Esporte e Lazer

Periquito é um município que apresenta uma frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer. Conforme salientado no diagnóstico, o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

O representante municipal entrevistado informou ainda que existe uma dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer destinada à promoção, fomento e ao apoio ao Esporte e Lazer, que corresponde a 1,74% do orçamento municipal.

A inexistência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, evidenciam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e lazer.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local encontra-se inativo, impedindo, por conseguinte, a participação do município em programas que proporcionariam uma melhoria na sua arrecadação financeira, tais como o do ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Periquito tem participação em dois programas: os Jogos Escolares de Minas Gerais e execução de um projeto esportivo por meio de captação de recursos pela Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

O representante municipal informou que o esporte é pouco importante para o município. Ele entende que os bons esportistas locais que já trabalham em times profissionais em outras cidades, bem como o Campeonato Municipal de Futebol Amador, são as maiores potencialidades observadas no município, no que se refere ao esporte. Contudo, a falta de verbas federais e estaduais específicas para o setor foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do setor.

O entrevistado afirma que o lazer também é pouco importante para o desenvolvimento social e econômico de Periquito, e que o município tem grande potencial para as festas populares e a implantação de academias ao ar livre. Segundo ele, a falta de espaços adequados para a realização de atividades de lazer é a principal fragilidade observada para o desenvolvimento deste setor.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

1. Investimentos em modalidades esportivas;
2. Construção de piscinas para a prática de natação e hidroginástica, atividades que possam ser executadas por pessoas das mais diversas idades;
3. Investimentos em profissionais capacitados para acompanhar a população em suas atividades;

4. Criação de espaços para caminhada, passeios e piqueniques, entre outros programas familiares.

Além disso, a partir do diagnóstico elaborado foi possível observar que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer local, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em equipamentos, espaços e programas de esporte e lazer com atividades diversificadas, são medidas necessárias para a elevação da qualidade de vida da população.





**Avaliação de impactos**

## 5 Avaliação de Impactos

### 5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na tabela a seguir.

*Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão*

<b>Componente Ambiental</b>	<b>Impactos identificados</b>
<b>Turismo</b>	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
<b>Cultura</b>	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
<b>Esporte</b>	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada **Classificação dos Impactos**, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 17 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
<b>Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento</b>											
<b>Impacto sobre atrativos turísticos</b>											
<b>Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo</b>											
<b>Impacto econômico no setor turístico</b>											
<b>Impacto no Fluxo Turístico para o Município</b>											
<b>Impacto ambiental e na paisagem</b>											

<b>Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva</b>											
<b>Impacto sobre Bens Imóveis</b>											
<b>Impacto sobre Bens Culturais Imateriais</b>											
<b>Impacto sobre Bens Móveis</b>											
<b>Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural</b>											
<b>Alteração de Costumes Locais</b>											
<b>Alteração na Agenda Cultural</b>											
<b>Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas</b>											
<b>Alteração do Calendário Esportivo</b>											
<b>Alteração de atividades de entidades esportivas</b>											
<b>Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas</b>											
<b>Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte</b>											
<b>Impacto sobre Espaços de Sociabilização</b>											

<b>Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer</b>												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 22 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

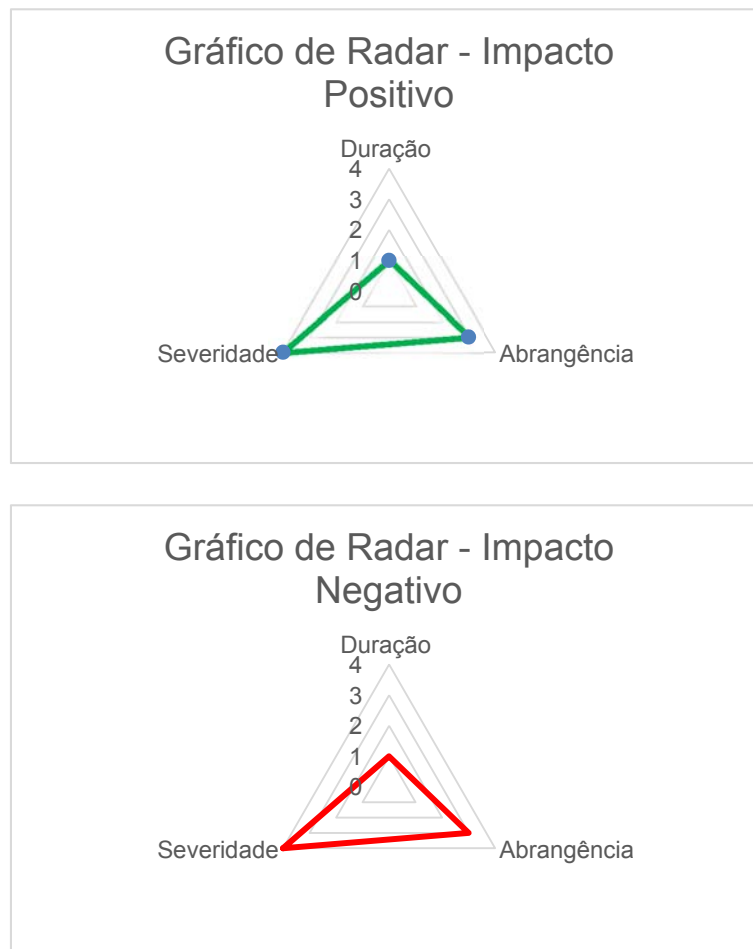


*Figura 22 Modelo de Gráfico de Radar*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 23, a seguir:



*Figura 23 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 24 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade			
		1	2	3	4
Níveis de Magnitude	4				
	3				
	2				
	1				

Impacto pouco significativo

Impacto significativo

Impacto muito significativo

Impacto crítico

*Figura 24 Classificação da Significância de Impactos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

## 5.1.1 Definições e Conceitos

### 5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

### 5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

### 5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

#### 5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
  - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
  - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

#### 5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

##### 5.1.1.5.1 Turismo

**Impacto:** Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

**Impacto:** Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;

- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

**Impacto:** Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

**Impacto:** Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

**Impacto:** Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

**Impacto:** Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

**Impacto:** Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.



**Impacto:** Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

#### 5.1.1.5.2 Cultura

**Impacto:** Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

**Impacto:** Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

**Impactos:** Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

**Impactos:** Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;

- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

**Impacto:** Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

**Impacto:** Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

### 5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;

- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

**Impacto:** Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

**Impacto:** Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

**Impacto:** Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

**Impacto:** Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

**Impacto:** Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

**Impacto:** Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

#### 5.1.1.5.4 Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

**Impacto:** Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

## 5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Periquito requer considerar a configuração do trajeto do Rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal se localiza às margens do Rio Doce. Além da sede urbana, a comunidade de Pedra Corrida também localiza-se às margens deste curso d'água. Ambas, portanto, se mostram sensíveis aos potenciais impactos do Evento.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 5 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em Periquito.

### 5.2.1 Impactos na Imagem do Município

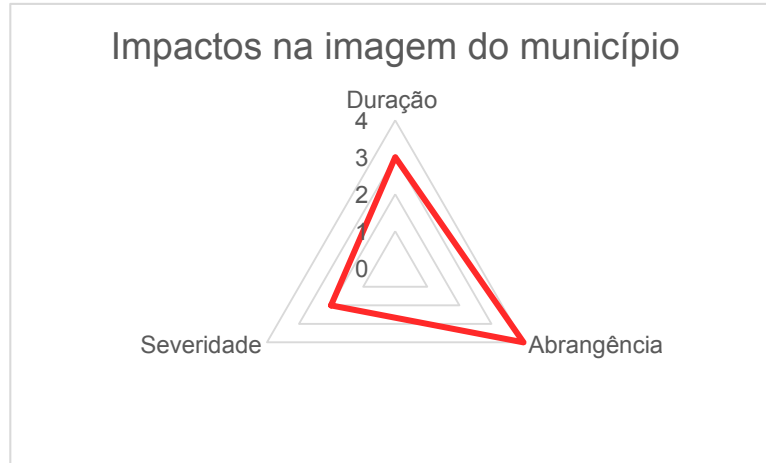
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais mobilizaram e têm mobilizado a mídia e a ciência.

Nesta seção avalia-se o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Periquito. A base de tal avaliação são os resultados da pesquisa acerca das matérias jornalísticas e da produção científica acerca das causas e dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme apresentado no item de diagnóstico.

A partir da amostra de notícias referentes ao município de Periquito é possível perceber que o mesmo aparece como uma das principais localidades atingidas de alguma forma pelo Evento.

Desse modo, infere-se que o impacto na imagem do município de Periquito, a partir da análise das notícias e das produções acadêmicas, pode ser considerado negativo, direto, média em relação à severidade (2), de abrangência nacional (4) e de média duração (3).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as variáveis analisadas conclui-se que este impacto é muito significativo (3).

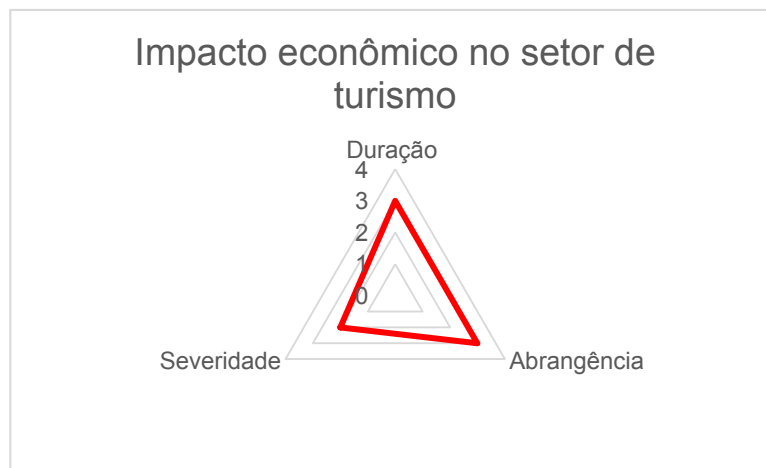
### 5.2.2 Impacto Econômico no Setor de Turismo

Em relação aos equipamentos e estruturas que podem ser utilizados para o turismo, a responsável pela única pensão identificada no município afirma queda de 15% no número de clientes. Nos estabelecimentos de alimentos e bebidas os três empreendedores que afirmaram impactos diretos relacionados ao Evento apontaram, além da impossibilidade de servirem peixes, a falta de abastecimento de água, culminando na necessidade de compra de água mineral, o que aumenta os custos do negócio. Afirmam ainda queda no número de clientes. Embora os fatos relatados sejam relevantes, vale ressaltar que nenhum dos estabelecimentos exerce uma atividade prioritariamente turística não sendo, portanto, possível aferir esses impactos às atividades turísticas diretamente. Também foi informado que reduziu muito o número de pessoas que visitavam o município para pesca. Assim, também diminuiu muito o comércio de frutas e do famoso palmito.



Considerados os aspectos acima expostos avalia-se que o impacto no setor econômico de turismo no município de Periquito é negativo, indiretamente decorrente do Evento, de abrangência municipal (3) e longo prazo de duração (3). Avalia-se, todavia, que a sua severidade é média (2), porque afetou os estabelecimentos do setor alimentos e bebidas no que tange à disponibilidade de matéria prima (peixe) e a queda do número de clientes.

*Gráfico 3 Impacto econômico no setor de turismo*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

### 5.2.3 Impactos nos Costumes e Tradições Locais

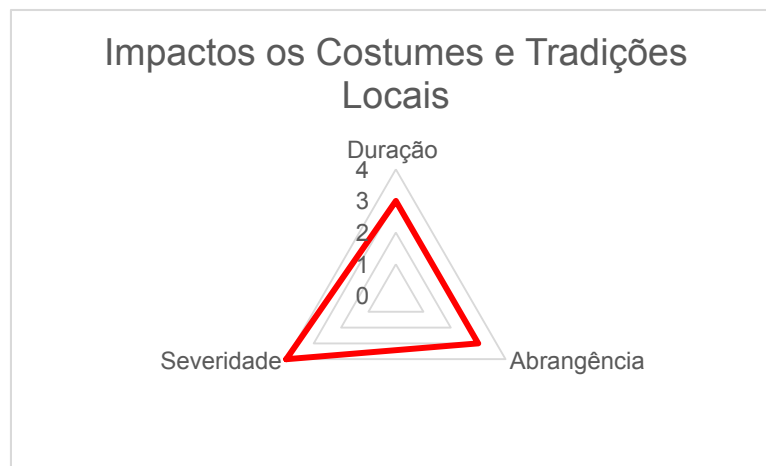
Os entrevistados avaliam que houve alteração nos costumes, tradições e modos de vida locais devido ao Evento. Os moradores utilizavam o Rio Doce para lazer, banho, lavagem de roupa; e fiéis o utilizavam, tradicionalmente, para rituais de batismo evangélico. Uma das poucas alternativas de entretenimento do município foi perdida.

Os depoimentos sobre os impactos de natureza emocional e afetiva são contundentes, revelando o sentimento pela perda de memória histórica. A entrevistada afirma que o Evento "matou o rio, era diversão das mulheres de lavar roupa às sextas e arear panela; acabou tudo. As pessoas não frequentam mais o rio como antes".

Em relação ao dia a dia das pessoas houve alteração, uma vez que hoje têm que comprar água para beber e pedir aos vizinhos que têm postos artesianos. A relação da comunidade com o rio se modificou, ainda, no que se refere ao banho, pesca e consumo de água.

Com base no que se descreve conclui-se que o relato em tela é de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, com abrangência municipal (3) e longa duração (3). A sua severidade é avaliada como alta (4), uma vez que provocou modificações radicais nas práticas sociais cotidianas.

*Gráfico 4 Impactos sobre costumes, modos de vida e tradições locais*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Face à abrangência e severidade do impacto, avalia-se o mesmo como crítico (4).

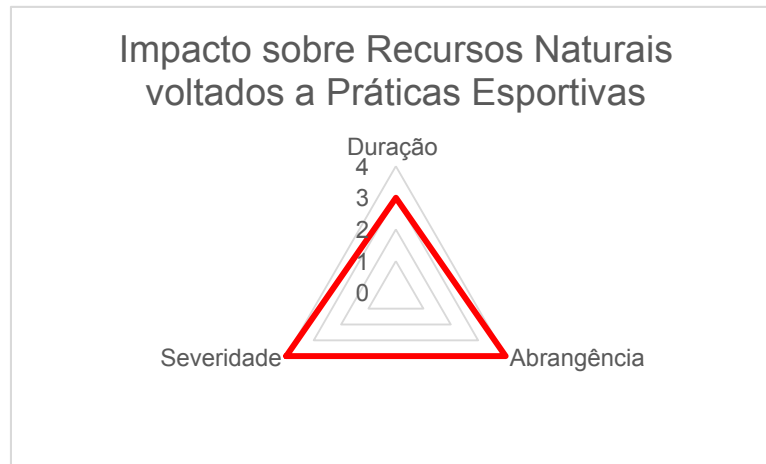
#### 5.2.4 Impacto sobre Recursos Naturais Voltados a Práticas Esportivas e Lazer e Espaços de Sociabilização

A partir dos trabalhos de campo durante a construção do inventário do município, bem como da entrevista realizada junto ao representante municipal da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Periquito, foram detectados alguns impactos diretos e indiretos na área de Esporte e Lazer. Com relação ao lazer, alguns ainda pescam, mas não há mais natação. O cotidiano comunitário relativo ao lazer, normalmente está diretamente ligado aos espaços de sociabilização disponíveis em uma comunidade ou município. Em Periquito foi relatado um prejuízo em relação ao lago da Usina de Baguari, que é um recurso natural destinado à prática esportiva, além de ser utilizado como espaço de sociabilização.

O reservatório da Usina de Baguari era utilizada pela população do município pelos esportistas de modalidades aquáticas e por pescadores. Segundo o entrevistado, após o Evento o local ficou impossibilitado de uso para os mesmos fins que eram usados anteriormente, afetando diretamente parte comunidade.

Com base no que se expôs, avalia-se o impacto em tela como um impacto de natureza negativa, originado diretamente do Evento e de abrangência regional (4). Por se tratar de um impacto direto na água do rio, considera-se tratar-se de uma situação remediável a longo prazo (3). A sua severidade é avaliada como alta (4), uma vez que o Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 5 Impacto sobre Recursos Naturais voltados a práticas esportivas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

## 5.2.5 Impacto sobre Comunidade

### 5.2.5.1 Pedra Corrida

A comunidade de Pedra Corrida mantinha relação muito estreita com o rio Doce, para a realização de banho, pesca e consumo de água. Nos fins de semana, chegavam a receber 50 pessoas por dia, os quais frequentavam o local em busca das atividades de lazer e socialização, proporcionados pela existência do reservatório da UHE Baguari e das praias formadas nessa região, o que garantia que esta região tivesse um forte apelo turístico.

O rio era utilizado, também para práticas religiosas, como por exemplo, para a realização de batizados evangélicos. Além desta, outras festas e eventos complementavam as atividades locais, tais como a Festa de São José, o Congado, a Procissão e os Encontro

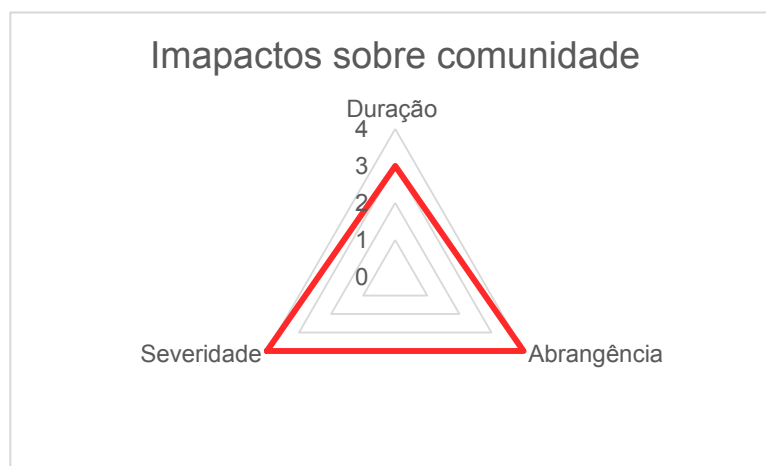
de Cavalheiros. Este conjunto de atividades confirmava a estrutura social e cultura desta comunidade.

Após o Evento, houve diversas alterações na qualidade hídrica do rio doce, como, por exemplo, na cor da água, na existência de minério misturado com a lama, no excesso de detritos.

Dessa forma, as práticas de lazer e diversão associadas ao rio Doce foram completamente abandonadas e o local não recebe mais visitantes. Todo este contexto gerou na comunidade um forte sentimento de tristeza, o qual vem fortemente associado à sensação de “morte do rio”.

Considerando os aspectos ora descritos, avalia-se que o impacto em questão é de natureza negativa, originado diretamente do Evento, de abrangência regional (4) e longa duração (3), por se tratar de um impacto direto na água do rio. Sendo assim, é possível avaliar que a severidade deste impacto como alta (4).

*Gráfico 6 Impactos em comunidades*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Considerados aspectos relacionados à abrangência e a à severidade do impacto em tela, avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

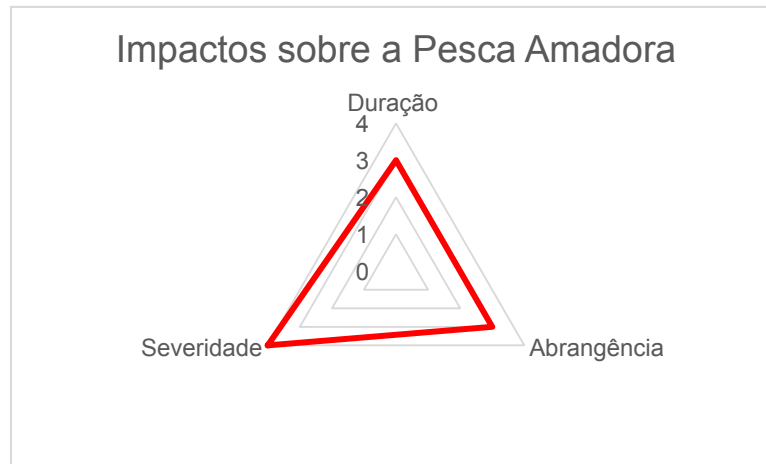
### 5.2.6 Impactos Sobre a Pesca Amadora

A atividade de pesca amadora e esportiva encontra-se proibida na bacia do rio Doce, para esta época do ano em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e em função do Evento– Portaria IEF nº 78/2016. Segundo um morador da comunidade rural entrevistado, após o rompimento da barragem, a relação da comunidade com o rio mudou na prática da pesca de lazer.

Foi diagnosticado que a atividade de pesca amadora e esportiva era importante para a comunidade, sendo, portanto, esta proibição sentida fortemente pelos pescadores amadores locais.

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa; indiretamente originado do Evento; e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência municipal (3), considerando que os frequentadores provêm de todo o município. A severidade do impacto foi considerada alta (4), dada a expressiva alteração da paisagem, a impossibilidade de acesso com segurança e autonomia aos atrativos turísticos, para qualquer pessoa após o Evento, além da interrupção do fornecimento de serviços e produtos turísticos.

Gráfico 7 Impacto em atividades de esporte e lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica (4) a significância deste impacto.

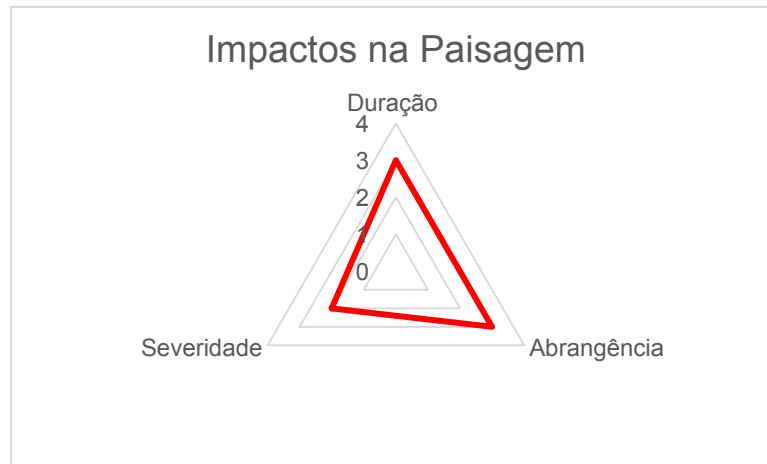
### 5.2.7 Impacto ambiental e na paisagem

A paisagem do município também sofreu impacto decorrente do Evento. Como o Rio Doce é um dos principais atrativos turísticos do município, a força da lama que escoou e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio se deformasse, perdendo a sua configuração original (natural) e, como efeito, a sua atratividade.

Em Periquito, a relação da população com o curso d'água era bastante forte, sendo a composição cênica municipal marcada pela presença do curso d'água.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Avalia-se ainda como média (2) a severidade do referido impacto, considerando que o Evento afetou o ambiente e a paisagem.

Gráfico 8 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Face à abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como significativo (2).



Tabela 18 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos na imagem do município	Notícias veiculadas em mídias digitais e televisivas regionais e nacionais	IN	ID	3	4	2	3	Recuperação da Estrutura Afetada  Apoio e fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer  Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto econômico no turismo	Meios de hospedagem	IN	II	3	3	2	2	Ações de Capacitação e	1	1	1

	Alimentos e bebidas							Promoção do Turismo			
<b>Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais</b>	Costumes locais	IN	ID	3	3	4	4	Ações de Requalificação Ambiental Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	2	2	2
<b>Recursos Naturais voltados às práticas esportivas, de lazer e socialização</b>	UHE Baguari	IN	ID	3	4	4	4	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	2	2	2
<b>Impacto sobre comunidade</b>	Pedra Corrida	IN	ID	3	4	4	4	Ações de Requalificação Ambiental Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	2	2	2

								Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer			
<b>Impacto na Pesca amadora</b>	Pesca amadora	IN	II	3	3	4	4	Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
<b>Impacto na Paisagem</b>	Impacto visual	IN	ID	3	3	2	2	Ações de Requalificação Ambiental Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	2	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



**Créditos e Referências**

## 6 Créditos e Referências

### Entrevistados no município

*Tabela 19 Entrevistados no município*

Nome	Nome do órgão/setor
<b>Marcondes de Andrade Soares</b>	Prefeitura Municipal de Periquito/ Assessor de Gabinete

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### Equipe Técnica

*Tabela 20 Equipe Técnica*

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
<b>Maria Fernandes</b>	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Roque</b>	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Jaqueline Vilela Custódio</b>	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Aline Santos</b>	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Cláudio Letro</b>	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sylvana Pessoa</b>	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

<b>Juca Villaschi</b>	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Ana Pacheco</b>	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marcos Knupp</b>	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Suzana Fernandes de Paula</b>	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Lise Costa</b>	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sidney Daniel Batista</b>	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Gabriel Alkmin</b>	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Raquel Guerra</b>	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Flávia Said</b>	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sabrina Almeida</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Paula Boarin</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Caroline Chaves</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



<b>Rúbia Meireles</b>	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marina Naves</b>	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Tiago de Jesus Brito</b>	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Moacir Salles</b>	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maria Cecília Pedrosa</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laetitia Jourdan</b>	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Victor Massini</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bianca Aparecida Fonseca</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sara Christina do Nascimento</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Shirley Maclane Nunes Brito</b>	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bárbara Natali Soares Guimarães</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Motta</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laura Esther Silva Barbosa</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



<b>Tatiane Carvalho Bispo</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Mariene Luiza da Rocha</b>	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maele Fernanda de Almeida</b>	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Douglas André Rinco</b>	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Ronilson Breder</b>	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Verônica Gonzaga Oliveira Gomes</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Jéssica Camila Rocha de Azevedo</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



## Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso em: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 85, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPRESA/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?DATA=07/05/2014&JORNAL=3&PAGINA=19&TOTALARQUIVOS=268](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/05/2014&jornal=3&pagina=19&totalArquivos=268), ACESSO EM: 20/12/16.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. PERQUITO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SÍTIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM: [www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/](http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/), ACESSO EM: 15/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=\\_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO CENIBRA, DISPONÍVEL EM: <http://www.institutocenibra.org.br/>, acesso em: 10/12/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PERIQUITO. EXERCÍCIO 2017.

DISPONÍVEL EM: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf>. Acesso em: 8/12/16.

JORNAL HOJE EM DIA, No Vale do Rio Doce, tapetes dão mais cor à vida de donas de casa.

Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/no-vale-do-rio-doce-tapetes-d%C3%A3o-mais-cor-%C3%A0-vida-de-donas-de-casa-1.147491>. Acesso em: 09/01/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSO EM: 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO\\_SOBRE\\_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016.

DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> . ACESSO EM: 26/11/2016.

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:

[http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil\\_0.pdf](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf) . ACESSO EM: 20/12/2016.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: <http://www2.unwto.org/>. ACESSO EM: 20/12/2016.

PEDRA CORRIDA, PÁGINA DE FACEBOOK, DISPONÍVEL EM: <https://www.facebook.com/Pedra-Corrida-MG-253888861388178/>. Acesso em: 10/12/2016.

PERIQUITO, SÍTIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. DISPONÍVEL EM: <http://www.periquito.mg.gov.br/>.

ACESSO EM: 10/12/2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE PERIQUITO, 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < <HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS> >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

<HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17>. ACESSO EM: 13/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

<HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX>, ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.